

ATA DA 036ª SESSÃO ESPECIAL DA
4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA
REALIZADA EM 10 DE DEZEMBRO DE 2014, EM
COMEMORAÇÃO AO DIA INTERNACIONAL DOS DIREITOS
HUMANOS
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO ROMILDO TITON

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ada Faraco De Luca) - Invocado a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão especial.

Convido para compor a mesa as excelentíssimas autoridades que serão nominadas a seguir:

Excelentíssimo senhor desembargador Artur Jenichen Filho, neste ato representando o Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina;

(Palmas)

Excelentíssimo reverendíssimo dom Vito Schlickmann, bispo de Florianópolis;

(Palmas)

Senhora Marise Lippel, neste ato representando o Coletivo Catarinense Memória Verdade Justiça;

(Palmas)

Senhora Derlei Catarina de Luca, neste ato representando a Comissão da Verdade da Assembleia Legislativa de Santa Catarina.

(Palmas)

Excelentíssimas autoridades, sras. deputadas e srs. deputados, a presente sessão foi convocada por solicitação desta deputada e do sr. deputado Edison Andrino, e aprovada por unanimidade pelos demais parlamentares, em comemoração ao Dia Internacional aos Direitos Humanos.

Gostaria de chamar também o sr. Sady Beck Júnior, secretário da Justiça e Cidadania do estado de Santa Catarina, para compor a mesa.

(Palmas)

Neste momento, teremos a execução do Hino Nacional.

(Procede-se à execução do hino.)

Quero registrar também a presença das seguintes autoridades:

Senhora Rosângela de Souza, coordenadora do Coletivo Catarinense Memória, Verdade e Justiça;

Senhor Fernando Anísio Batista, representando dom Vilson Tadeu Jönck, arcebispo de Florianópolis;

Senhor delegado César Krieger, diretor de Integração da secretaria de estado da Segurança Pública;

Senhor padre Joaquim Roque Filippin, coordenador da Pastoral do Migrante da Arquidiocese;

Senhor Armindo Maria, representando a Associação dos Praças do Estado de Santa Catarina - Aprasc;

Senhor Edemir Alexandre Camargo Neto, diretor do Complexo Penitenciário do Estado, situado no município de São Pedro de Alcântara.

Senhor Leandro Lima, diretor do Deap;

Senhora Yara Maria Moreira de Faria Hornke, conselheira, neste ato representando o Conselho Regional de Psicologia;

Senhora Valéria Carvalho, representando neste ato a deputada estadual Ana Paula Lima;

Senhores militantes do Coletivo Catarinense Memória, Verdade e Justiça;

Senhora Raquel Felau Guisoni, da direção estadual do PCdoB.

Dando continuidade à solenidade, faço uso da palavra na qualidade de proponente desta sessão.

(Passa a ler.)

"Senhoras e senhores membros da mesa, caros colegas deputados, ilustres convidados, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio Alesc Digital e imprensa em geral, boa-noite!

No dia 10 de dezembro de 1948 as Nações Unidas reunidas em assembleia geral aprovaram a Declaração dos Direitos Humanos que em sua essência diz o seguinte:

1. Todos os homens nascem livres e iguais;
2. Todo ser humano tem direito à vida e à liberdade;
3. Ninguém será submetido à tortura;
4. Ninguém será arbitrariamente preso, detido ou exilado.

A declaração é linda! Foi assinada pelo estado brasileiro em 1948. De 1964 a 1985, centenas de catarinenses foram detidos sem ordem judicial, milhares de brasileiros foram presos e centenas desapareceram.

O estado brasileiro assinou a declaração e comprometeu-se com ela, mas não cumpriu! Durante a ditadura, a Polícia Federal e os oficiais do Exército entravam nas casas sem ordem judicial, prendiam, batiam e deixavam as pessoas jogadas numa cela. Meses depois eram libertadas sem processo nem condenação, mas o estrago já estava feito! O medo fora introduzido na cabeça das pessoas e de suas famílias. Eu presenciei. Eu e minha família fomos vítimas desse arbítrio.

Em Criciúma, sindicatos, estações de rádio e jornais foram fechados. No oeste, no sul, no planalto norte, no planalto serrano, no vale e litoral, em todos os cantos de Santa Catarina os militares espalharam o terror. Não pouparam nem as crianças. Basta ler o livro *Infância Roubada*, que foi publicado pela Assembleia legislativa de São Paulo. Aqui em Santa Catarina, bem ao nosso lado, temos um caso concreto e registrado de José Paulo, filho da sra. Derlei De Luca.

Operários, sacerdotes, agricultores, advogados, estudantes, enfim, dois vice-governadores catarinenses foram cassados, Doutel de Andrade e Francisco Dall'Igna; vários deputados estaduais, entre eles o meu pai, Addo Vânio de Aquino Faraco. Vários deputados federais e até mesmo alguns militares, juizes e desembargadores.

Eles não tinham limites! Basta lembrar os quatro catarinenses que foram mortos, e até hoje os seus corpos não foram encontrados.

Um grupo de parlamentares do MDB, liderados por dr. Ulysses Guimarães, denunciava as prisões, torturas e mortes para que a sociedade pudesse saber um pouco do que acontecia nas entranhas da ditadura.

A conquista do estado democrático de direito foi uma árdua luta. É nossa tarefa garantir a permanência da democracia. Tivemos a campanha da anistia, a campanha das Diretas Já e a aprovação

da Constituição de 1988. Todas foram conquistas árduas. Quem participou sabe e tem o dever de transmitir aos jovens, porque essa é uma parte negra da história, mas o jovem precisa ter conhecimento disso.

Essa foi uma conquista do MDB com o povo organizado, setores democráticos da sociedade, organizações nacionais, como a igreja, e organizações internacionais, como a Anistia Internacional, que participaram ativamente do resgate da nossa democracia. A liberdade não veio de graça nem caiu do céu. Ela foi conquistada com muita luta, muito choro e muita desgraça, sangue e mutilações.

Para encerrar, lembro Alberto Moravia, um intelectual italiano: 'Uma ditadura é um estado em que todos têm medo de um e cada um tem medo de todos'."

Muito obrigada!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

Convido a mestre-de-cerimônias, Nicoli Madeira, para proceder à nominata dos homenageados desta noite.

A SRA. MESTRE-DE-CERIMÔNIAS (Nicoli Madeira) - Boa-noite!

Neste momento, o Poder Legislativo Catarinense presta uma homenagem às pessoas que lutaram em prol da democracia brasileira, em defesa dos direitos humanos e na busca por uma sociedade justa e igualitária.

Convido a excelentíssima sra. deputada Ada Faraco De Luca, filha do homenageado Addo Vânio de Aquino Faraco, *in memoriam*, para fazer a entrega da homenagem a sra. Nelly Faraco, acompanhada de seus filhos Vânio Faraco e Iraydes Faraco, neste ato representando o seu saudoso marido que também atuou neste Parlamento.

Dirigente do Partido Trabalhista Brasileiro em Criciúma e deputado estadual, esteve sempre ao lado das lutas dos mineiros do carvão. Com Douzel de Andrade idealizou a popular estação de rádio de Criciúma, a Rádio Difusora. Addo Vânio de Aquino

Faraco foi cassado na prisão em 12 de junho de 1964.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem a sra. Adolfina Dias, acompanhada de seu neto, Ramon Lemos Dias, neste ato representando o seu filho, Adolfo Luiz Dias, *in memoriam*.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem a sra. Eliete Mota Verzola, neste ato representando o seu marido, Alecio Verzola, *in memoriam*.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem a sra. Adelina Lippel, neste ato representando o seu marido, Arno Lippel, *in memoriam*.

Trabalhou como bancário no Banco do Brasil, em Florianópolis. Transferiu-se para a Celesc - Centrais Elétricas de Santa Catarina -, onde trabalhou até a sua aposentadoria. Militante do PCB - Partido comunista Brasileiro -, preso pela ditadura logo após o Golpe Militar de 1964.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem a sra. Maria Cristina Faversoni, neste ato representando a sua mãe, Elyani Marinho de Souza Santos, *in memoriam*.

Funcionária da Assembleia Legislativa de Santa Catarina. Em 1964, foi detida em sua residência, sem qualquer documento escrito, caracterizando uma atitude ilegal e arbitrária.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem a sra. Telma de Moraes Faria, neste ato representando o seu avô, o soldado Francisco Sales de Moraes, *in memoriam*.

Aos 18 anos entrou para a Polícia Militar de Santa Catarina. Foi convocado para a Revolução de 30. Filiado ao Partido Comunista Brasileiro, foi excluído da polícia e perdeu as suas honras militares.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem o sr. Antônio Carlos Pimentel, neste ato representando o seu pai, Higino João Pio, *in memoriam*.

Primeiro prefeito de Balneário Camboriú eleito pelo PSD, em 1965. Em 1969, Higino João Pio e outros funcionários da prefeitura foram presos por agentes da Polícia Federal.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem a sra. Glória Ribeiro, neste ato representando o seu pai, Manoel Alves Ribeiro, *in memoriam*.

Trabalhou na construção da Ponte Hercílio Luz, como eletricitista. Fazia instalações até no quartel onde esteve preso.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem o sr. Marco Aurélio Ramos Krieger, neste ato representando o seu irmão, Marcílio Cesar Ramos Krieger, *in memoriam*.

Teve uma vida plena de realização pessoal e profissional. Produziu, redigiu e apresentou o programa *A voz estudantil* na Rádio Araguaia, AM, de Brusque.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem o sr. João Vieira, neste ato representando o seu pai, Nery Clito Vieira, *in memoriam*.

Militar e jornalista, capitão da Polícia Militar, comandante do Batalhão de Chapecó. Quando do golpe militar de 1964, recusou-se a prender pessoas da cidade por considerar tais prisões injustas e precipitadas, sem ordem judicial.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem o sr. Carlos Eduardo Bessa Motta e sra. Maria Rita Teixeira Bessa, neste ato representando o seu pai, Roberto Motta, *in memoriam*.

Integrou a geração de 68, que permaneceu mobilizada o ano inteiro contra a ditadura. Em outubro de 68 foi detido no Congresso da UNE, em Ibiúna. Militante do PCB, foi detido novamente em 1975 na Operação Barriga Verde.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem a sra. Ana Lúcia Martins, neste ato representando o seu avô, Valmir Martins, *in memoriam*.

Ainda jovem, participou intensamente do Movimento Estudantil. Militante de ação popular, grupo clandestino que combatia a ditadura.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Muito obrigada!

Boa-noite a todos!

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ada Faraco De Luca) - Convido para fazer parte da mesa e uso da palavra o dr. Alexandre Botelho, secretário da Comissão de Direitos Humanos, neste ato representando a OAB-SC.

O DR. ALEXANDRE BOTELHO - Excelentíssima sra. deputada Ada Faraco De Luca, senhoras e senhores, venho falar em nome da Ordem dos Advogados do Brasil de Santa Catarina, representando o seu presidente, Tullo Cavallazzi Filho.

Eu sou secretário-geral da Comissão de Direitos Humanos e há bastante tempo, desde minha época de estudante universitário, já me envolvo com essas questões.

Estamos aqui, hoje, comemorando, e não sei se realmente ainda hoje, em 2014, existem motivos para comemorar, mas pelo menos estamos lembrando esta data, 10 de dezembro, que foi proclamada em 1950, pela Organização das Nações Unidas, logo após estabelecer a Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Eu, na atual gestão da OAB, tenho tomado um papel mais enfático junto à Comissão de Direitos Humanos, principalmente trabalhando uma ideia que ainda necessita ser reforçada: afastarmos a ideia de que os direitos humanos são apenas direitos do

preso. Não! Quem pensa isso ainda não compreendeu o que a expressão direitos humanos quer dizer.

Direitos humanos são direitos de todas as pessoas, de todos os seres que pertencem à espécie humana, que, eventualmente, também podem estar presos. Eu ouvi de muitos aqui um breve histórico, e que estiveram, sem nenhuma razão, presos ou foram vítimas de algum outro tipo de violência.

A ideia dos direitos humanos é esta: lembrar a todos nós, que talvez ainda não fomos vítimas de nenhum tipo de violência, que não podemos aceitar essa violência.

Se caminhamos há muitos e muitos anos buscando a razão, buscando a civilidade, não podemos nos deixar voltar a essa cultura do passado. A violência, já está provado, somente gera mais violência. Nós temos que aprender a respeitar todos os dias o ser humano, essa centelha mágica e divina que habita cada um de nós, mesmo naquele que em determinado momento é apontado pelo sistema, pelo regime, como bandido, como criminoso.

Hoje, alguns que foram chamados, no passado, de criminosos foram homenageados nesta Casa. E parabéns a senhora, deputada Ada Faraco De Luca, por essa iniciativa.

Então, a OAB tem esse papel, e eu me orgulho muito de fazer parte dessa Casa, pois ela nunca virou as costas para quem precisou. Em muitos desses casos havia um advogado abnegado, acreditando naquele direito a ser defendido. E desde então nunca abandonamos essa causa. Acreditamos e continuaremos a lutar por ela.

Muito obrigado, sra. deputada Ada Faraco De Luca.

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ada Faraco De Luca) - Convido para fazer uso da palavra, em nome dos homenageados, o dr. Marco Aurélio Ramos Krieger.

O DR. MARCO AURÉLIO RAMOS KRIEGER - Deputada Ada Faraco De Luca, presidente da sessão, saudando a professora Derlei Catarina De Luca, estou também

saudando todos que foram martirizados durante o período revolucionário. Ela é, quem sabe, um dos exemplos mais épicos do martírio de presos políticos.

Eu quero saudar também todos os presentes, as autoridades, e começar o meu discurso fazendo um breve histórico sobre Marcílio César Ramos Krieger, meu irmão, dizendo que ele está presente através da sua irmã, dos seus sobrinhos e do seu cunhado.

Em Florianópolis, como estudante de Direito, ele fundou um partido chamado Terceira Força, que, na época, era uma opção calçada na independência nacional, na justiça social no campo e nas cidades e na redistribuição da riqueza.

A inspiração filosófica dele - ele era um homem muito lido - eram: o padre Joseph Lebet, que publicou o livro *Manifesto por uma civilização solidária*; Teilhard de Chardin e João XXIII. Eles entendiam que o homem devia libertar-se da ignorância para viver melhor e assim libertar-se da treva da opressão.

João XXIII convocou o Concílio Vaticano II; publicou a encíclica *Mater et Magistra*, em 1961; e depois a carta encíclica *Pacem in Terris*, em 1963, sobre os princípios fundamentais de uma justa organização do mundo.

Atuação política: fundou, com o Paulo Stuart Wright e com a Derlei, a ação popular, que visava alfabetizar, através do método Paulo Freire, os pescadores para se libertarem da ignorância a fim de viver melhor.

Na cidade do Rio de Janeiro, trabalhou nos escritórios dos advogados Ferro Costa e Sérgio Magalhães, e foi advogado das Associações de Favelados e das Associações de Favela.

Em Volta Redonda atuou com os sindicatos e com o padre Alípio de Freitas, sendo que, através de ação popular, motivaram a valorização social das classes operárias. A sua atividade em Volta Redonda rendeu-lhe, em 1968, o primeiro processo por motivos políticos.

Foi para a clandestinidade depois do famigerado AI-5.

A prisão e a tortura: foi preso pela Operação Bandeirante - Oban -, comandada pelo delegado Sérgio Paranhos Fleury. Durante 45 dias sofreu no Deops paulista torturas físicas e morais. Lembrando que ele foi salvo pelos padres do Sagrado Coração de Jesus de Taubaté - o meu irmão era o reitor - e por dom Evaristo Arns, que conseguiram tirá-lo da mão dos algozes. O delegado que presidia as torturas chamava-se Odorico. Ele foi solto e depois acusado de ter sequestrado um boing e ido para Cuba. Por isso foi condenado a 21 anos de cadeia.

Foi um processo digno de Kafka: o governo revolucionário espalhou pelo Brasil, inclusive nas delegacias de Florianópolis, a foto de um mulato, líder do sequestro, como se fosse Marcílio Krieger. Mais tarde, quando veio a anistia, ele não pôde ser anistiado porque tinha levado um avião para Cuba, lugar para onde ele nunca foi na vida. E foi o advogado dr. Heráclito Fontoura Sobral Pinto que o salvou.

Nesse ínterim que ele não recebeu a anistia, quem foi entrevistá-lo em Portugal? O doutor que está aqui presente, Pedro Dittrich. Esse era o jornal que ele mandou para Portugal fazendo um histórico - era o jornal da semana - sobre o suposto roubo do avião. E a fotografia, repito, era de um mulato robusto, lábios proeminentes e nariz achatado, que não coincidia com a de Marcílio. Então, finalmente, os juízes reconheceram e concederam-lhe a anistia. Por isso ele chegou mais tarde que os outros.

Ele recebeu, em Florianópolis, neste ano, várias homenagens. Uma foi da Academia de Letras Jurídicas de Santa Catarina, em sessão solene. A ele também foram instituídos dois troféus que levam o seu nome: Comenda do Mérito Desportivo e Medalha Marcílio César Ramos Krieger, devido à sua grande participação na área dos desportos.

Ele, então, ocupou altos cargos no setor esportivo também - ele gostava de esportes, pois o esporte é muito vinculado ao povo - e transformou-se na maior autoridade esportiva em Santa

Catarina, inclusive ocupando cargos no Superior Tribunal de Justiça Desportiva.

Eu espero que o martírio dele sirva para que nunca mais se esqueça e nunca mais aconteçam fatos assim, que temos que celebrar a memória dos que sonharam com a liberdade e um Brasil melhor.

Muito obrigado e boa-noite!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ada Faraco de Luca) - Queremos registrar também a presença do ex-deputado federal Walmor De Luca.

Convido para fazer uso da palavra a sra. Derlei Catarina De Luca, neste ato representando a Comissão da Verdade.

A SRA. DERLEI CATARINA DE LUCA - Deputada Ada Faraco De Luca, meu querido dom Vito Schlickmann, senhor representante da OAB, sra. Marise Lippel, senhoras presentes, familiares, militantes do coletivo, minha irmã e minha cunhada que vieram de Içara, muito obrigada pela presença de todos!

Eu represento, neste momento, o dr. Anselmo do Livramento Machado, que é o coordenador da Comissão da Verdade. Ele foi a Brasília para o lançamento do relatório final dessa comissão e por isso não está presente. Eu sou membro efetivo da comissão, mas não sou a coordenadora.

Esses dois anos e meio de trabalho foram muito importantes para a história do Brasil, e é sobre isso que eu gostaria de refletir um pouco com as famílias.

Eu continuo católica - e dom Vito Schlickmann sabe disso - e quero que todos os presentes pensem um pouco sobre isto: o que é o ritual da missa? O ritual da missa não é nada mais nada menos do que a lembrança de um fato que aconteceu e vem sendo celebrado todos os dias, no mundo inteiro, com a mesma emoção, há dois mil anos. E é isto que temos que aprender: que a memória não é espontânea, não vem do nada. A memória se forma com atos, livros, filmes e atitudes como esta de hoje: fazer uma sessão para homenagear vários companheiros que já faleceram.

Como já disse o dr. Marco Aurélio, eles estão aqui presentes. Quem acredita em alma, sabe que eles estão aqui presentes. E quem não acredita em alma, mas acredita em história, sabe que eles estão aqui presentes porque fazem parte da história, assim como fazem parte dela as pessoas que foram fuziladas em Anhatomirim - e todos os catarinenses conhecem a história desses fuzilados -, os camponeses do Contestado, os estudantes de Ibiúna e os militantes da Novembrada - e, felizmente, ainda há algumas pessoas vivas para contarem essa história.

O que a ditadura fez no estado de Santa Catarina é indescritível. Em Florianópolis, retiraram os livros da livraria, empilharam e queimaram na Praça XV. O único governo que queimou livros foi o de Adolf Hitler, na Alemanha!

No planalto norte, o general Dario Coelho espalhou um terror tão grande, que mandou prender e indiciar Fidel Castro, Leonel Brizola e Getúlio Vargas, que estava morto há dez anos. Isto está escrito na ordem do general Dario Coelho, e nós temos que lembrar estas coisas.

Em Criciúma, invadiram o Sindicato dos Mineiros e prenderam 130 dirigentes sindicais em Santa Catarina. Prenderam todos os prefeitos das áreas litorâneas, descendo de São Francisco do Sul, Itajaí, Navegantes, Imbituba e Laguna. Todos os prefeitos das áreas portuárias foram detidos.

Então, são esses fatos que não podemos deixar morrer. Temos que continuar falando e manter contato com todos os familiares. Nós pedimos que não se perca contato com essas pessoas, Telma, Cristina, Glorinha, por favor!

No ano passado, o dr. Marco Aurélio, numa entrevista na televisão, deu um depoimento, e não tínhamos conseguido levar a Glorinha. Agora, este ano, podemos levar a Glorinha também para dar um depoimento gravado. Pode se preparar!

Então, este ano, estamos lembrando os 50 anos do golpe militar e estamos em atividades o ano inteiro. O trabalho da Comissão da Verdade encerra-se, mas o nosso não acaba. Portanto, vamos seguir em frente porque agora temos que fazer a

defesa da democracia e também formar a memória nacional.

Muito obrigada!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ada Faraco De Luca) - Senhoras e senhores, é com muita emoção que presido esta sessão, porque isso foi algo que aconteceu quando eu tinha 14 ou 15 anos e que me marcou muito.

Meus irmãos estão aí, assim como minha mãe, minha filha e minhas netas. Eu entendo que somente quem passou por isso sabe o tamanho da dor. E até hoje acho estranho quando as pessoas fazem questão de dizer que estiveram presas, pois na época éramos tratados como leprosos. As pessoas se desviavam das calçadas para não passarem por nós. Eu mesma passei de Cinderela a leprosa em 24 horas, porque 24 horas antes eu tinha comemorado o meu aniversário de 15 anos, um pouco fora da data, em função das férias e dos feriados.

Mas é com grande emoção que presido esta sessão e, graças a Deus, tenho certeza de que meu pai e todos os companheiros dele estão nesta hora lá festejando e batendo palmas para todos aqui presentes, assim como para tantas outras que estão ausentes e que serão homenageadas em várias outras sessões que teremos no decorrer dos anos.

Agradecemos a presença das autoridades com assento à mesa e de todos que nos honraram com o seu comparecimento, convidando-os para um coquetel no *hall* deste Poder.

Neste momento, teremos a execução do Hino de Santa Catarina.

(Procede-se à execução do hino.)

Esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, ordinária, para amanhã, à hora regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a presente sessão.